Comunicados do Ipea

Nº 65

PNAD 2009 - Primeiras análises: Investigando a chefia feminina de família

11 de novembro de 2010

ipea 46 anos

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro Samuel Pinheiro Guimarães Neto

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Mário Lisboa Theodoro

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
João Sicsú

Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Liana Maria da Frota Carleial

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Márcio Wohlers de Almeida

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Pérsio Marco Antonio Davison

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

URL: http://www.ipea.gov.br
Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados da Presidência* e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

Apresentação

O presente Comunicado[1] dá sequência às primeiras análises dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (PNAD/ IBGE), publicadas pelo Ipea. Neste texto, objetiva-se analisar, mais uma vez, o fenômeno do crescimento recente da proporção de famílias brasileiras para as quais é identificada como principal responsável uma integrante do sexo feminino.

A cada ano, quando os dados da PNAD são divulgados, percebe-se um novo crescimento das famílias "chefiadas" por mulheres, como costumam ser chamadas[2]. No entanto, a razão pela qual o respondente identifica determinado membro do arranjo familiar como principal responsável pela família segue desconhecida e certamente é marcada pelas convenções de gênero existentes em nossa sociedade.

Certamente, o fato de que as mulheres, nas últimas décadas, tenham alcançado mais escolaridade e tenham aumentado sua participação no mercado de trabalho está relacionado ao aumento do número de famílias chefiadas por elas. Ainda há, no entanto, há muito a ser explorado e respondido acerca desse novo fenômeno.

Apesar do avanço das mulheres no mercado de trabalho, os dados ainda evidenciam as distâncias existentes entre homens e mulheres no que diz respeito à participação, à ocupação e à renda. Apesar disso, vem crescendo nos últimos anos o número de famílias chefiadas por mulheres, mesmo no caso de casais, quando há a presença de um cônjuge e a mulher é identificada como pessoa de referência. Algumas

---

[1] O texto foi elaborado por Natália Fontoura e Cláudia Pedrosa e contou com a colaboração da estatística Cristiane Diniz, responsável pela produção dos dados.

[2] A pergunta feita pelos pesquisadores do IBGE ao respondente em cada família é: "qual o nome da pessoa que é a (principal) responsável por este domicílio?". Deste modo, a denominação "pessoa de referência", adotada pelo Instituto, refere-se à "pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros". Cônjuge é "a pessoa que vivia conjugalmente com a pessoa de referência da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não o vínculo matrimonial". A denominação chefe de família continua a ser usada por tradição e por simplicidade textual, mas não é usada pelo IBGE em suas pesquisas desde 1995. A mudança se deveu ao reconhecimento de que os arranjos familiares vêm se transformando e a que, mesmo legalmente, deixa de existir a figura do "cabeça de família", o que representa grande avanço em nossa legislação. Ver: BONETTI e FONTOURA. "Convenções de gênero em transição no Brasil? Uma análise sobre os dados de família da PNAD 2007". In: CASTRO e RIBEIRO (orgs.) **Situação social brasileira 2007**. Brasília: Ipea, 2009, p. 65-79.

hipóteses já foram levantadas para explicar essa realidade e serão examinadas no presente texto.

Outro fenômeno comumente associado ao crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres é o da feminização da pobreza, isto é, costuma-se relacionar as famílias com chefia feminina ao fato de que as mulheres possuem renda inferior à dos homens e, no caso da chefe mulher, é mais comum a ausência de um cônjuge – o que limita ainda mais as fontes de renda da família. Finalmente, a maior parte das famílias chefiadas por mulheres é de mães com seus filhos; o que representa mais uma sobrecarga – no sentido de necessidade de recursos e de tempo – num cenário de, supostamente, mais escassez. Também procuraremos examinar um pouco mais esse fenômeno.

O Comunicado compõe-se de quatro partes, além desta apresentação e das considerações finais. Na primeira, são apresentados os dados mais gerais sobre a mudança nos arranjos familiares no Brasil sob a ótica do sexo da pessoa de referência. Em seguida, examinam-se os indicadores das famílias compostas por casais que identificam uma mulher como pessoa de referência. Na seção seguinte, são apresentados alguns dados relacionados a tempo dedicado ao trabalho no mercado e tempo dedicado aos afazeres domésticos, com vistas a analisar a permanência de algumas convenções de gênero apesar do crescimento das famílias chefiadas por mulheres. Na seção 4, busca-se jogar luz sobre as famílias chefiadas por mulheres sem a presença de cônjuge e com filhos, para avaliar em que medida elas de fato estão relacionadas à precarização.

1. Famílias de acordo com o sexo da pessoa de referência: panorama e evolução nos últimos anos

No período de 2001 a 2009, os dados da PNAD evidenciam a continuidade do aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil. O percentual nesse intervalo de tempo subiu de aproximadamente 27% para 35%, o que, em termos absolutos representa 21.933.180 famílias que identificaram como principal responsável uma mulher em 2009.

Essas famílias, no entanto, são bastante heterogêneas e apresentam as mais diversas configurações: mulheres solteiras, separadas ou viúvas com filhos e tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulheres solteiras, separadas ou viúvas, sem filhos com presença ou não de parentes e/ou agregados; mulheres solteiras, separadas ou viúvas morando sozinhas; e, ainda, mulheres casadas chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa, com ou sem filhos.

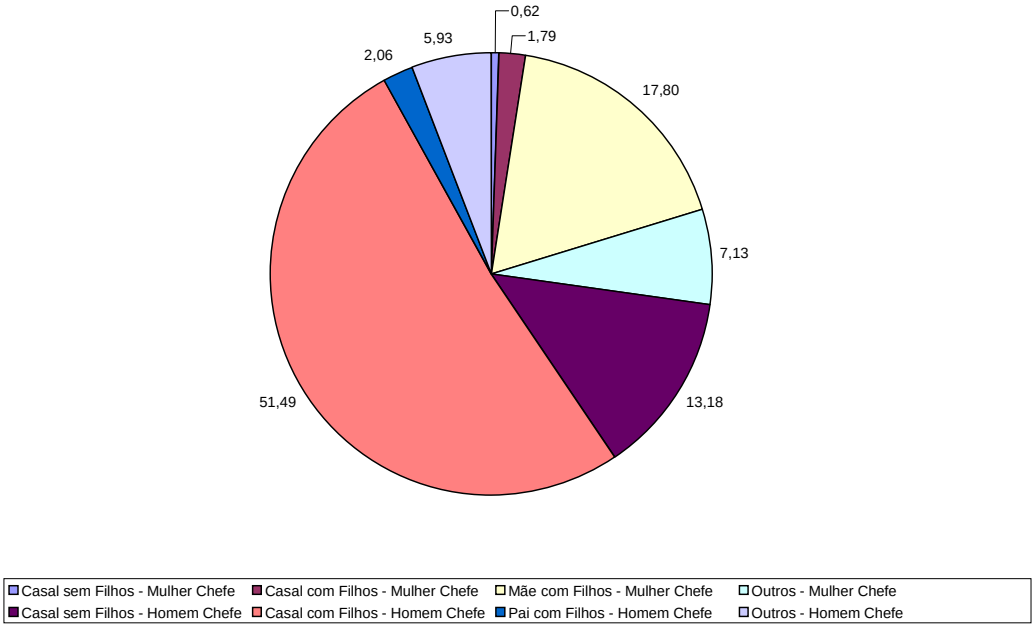
Com a introdução do conceito de "pessoa de referência" em substituição ao de "chefe do domicílio", a PNAD transferiu ao respondente a tarefa de nominar a *pessoa*, homem ou mulher, responsável pelo domicílio. Essa mudança da perspectiva de gênero foi um salto importante, pois a noção de chefia, pela matriz cultural dominante, poderia ser mais facilmente atribuída à figura masculina do domicílio, marido ou pai.

Em todas as cinco grandes regiões do País, o fenômeno apresentou crescimento semelhante ao nacional, tendo sido maior na região Sul, de 24,4% em 2001 para 33% em 2009. Apesar disso, a região Sul continuou apresentando o menor percentual. No Sudeste, passou-se de 28% para 36% e no Centro-Oeste, de 26,7 para 36,2%. As duas regiões ficaram um pouco acima da média nacional.

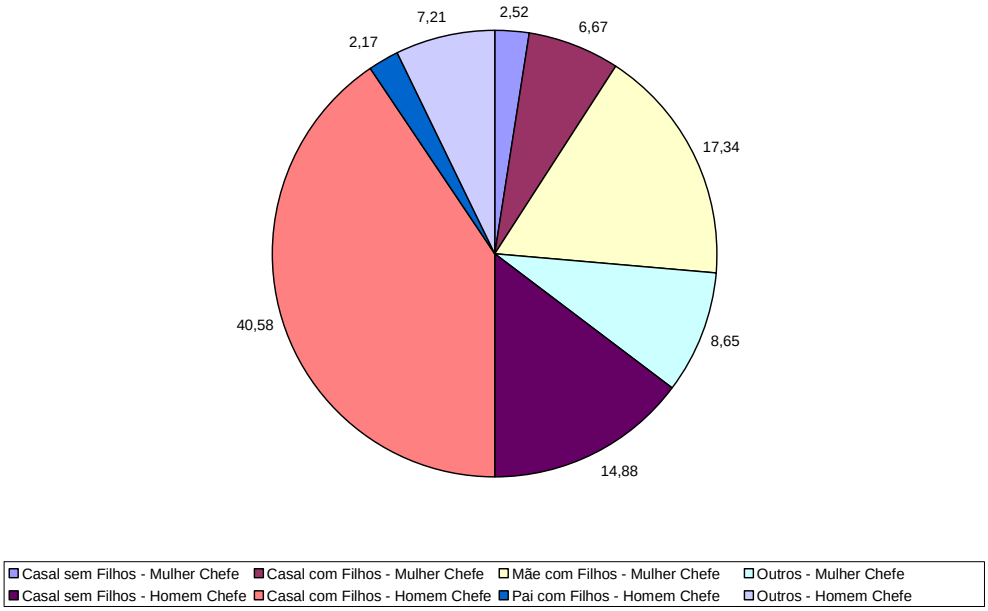
O total de famílias chefiadas por mulheres representava 35,2% dos arranjos em 2009, enquanto as chefiadas por homens eram 64,8%. Observa-se que, entre as primeiras, a proporção de famílias formadas por casais era de somente 26,1% (ou 9,2% do total de famílias brasileiras) e, no caso dos arranjos com um homem como pessoa de referência, 85,5% eram de casais com ou sem filhos (ou 55,5% do total de famílias). É possível compreender, portanto, que, na maior parte dos casos, a chefia masculina se dá em condições mais favoráveis que a feminina. Além de a remuneração masculina ser, na média, superior à feminina, há a presença de uma companheira que, muitas vezes, aporta renda para o domicílio na condição de coprovedora, e que é, ainda, responsável por grande parte do trabalho de reprodução do grupo doméstico.

Gráfico – Distribuição percentual das famílias por tipo e sexo da pessoa de referência – Brasil, 2001 e 2009 (em %)

2001



2009



Fonte: PNAD/IBGE
Elaboração: Disoc/ Ipea

Esse crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres está associado aos diferentes fatores que têm provocado transformações sociodemográficas no Brasil: queda da fecundidade, redução do tamanho das famílias, maior expectativa de vida para as mulheres em relação aos homens, envelhecimento populacional e processos de individualização dos sujeitos, entre outros. Todas essas mudanças trouxeram também modificações nos padrões culturais e nas formas de inserção social da mulher. Berquó (2002) ressalta que um conjunto de transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais vem ocorrendo ao longo do tempo e produzindo variações nas trajetórias das mulheres, fazendo com que essa chefia possa ter múltiplos significados, como a situação da mulher solteira, viúva ou separada com filhos; da casada coabitando com companheiro e filhos; ou daquela que se encontra nessas condições e ainda está vivendo com parentes e outros agregados[3].

O reconhecimento como chefe da família pode ser dado a quem assume a responsabilidade com os cuidados da casa e com os filhos ou, ainda, a quem responde mais fortemente pela manutenção econômica do lar.

Se, no caso das famílias chefiadas por homens, o tipo de arranjo predominante é o de casal com filhos, no caso das chefias femininas a maior porcentagem é a de mulheres sem cônjuge com filhos (17,3% do total de famílias brasileiras e 49,3% do total das chefiadas por mulheres em 2009). Para essas mulheres, a chefia familiar está relacionada não apenas à manutenção econômica, mas também à responsabilidade com os filhos.

Nos últimos anos, no entanto, perde cada vez mais importância, proporcionalmente, o tipo de família "mulher sem cônjuge com filhos". No total de famílias, houve um ligeiro declínio entre 2001 e 2009, de 17,8 % para 17,3%, mas, considerando somente o universo das famílias chefiadas por mulheres, o percentual passou de 65,1% para 49,3% no período. Isso se deve, especialmente, ao aumento do peso proporcional do arranjo de casais com ou sem filhos com a pessoa de referência do sexo feminino – que passou de 8,8% do total de famílias chefiadas por mulheres em

[3] BERQUÓ, Elza. "Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil". In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002. p.243-265.

2001 para 26,1%, em 2009. Esse movimento é semelhante em todas as regiões do País. O Nordeste apresentou, em 2009, a maior proporção de famílias compostas por mulheres com seus filhos no total de arranjos, 19,5%, seguido pela região Norte, com 18,8%. O Sul apresentou o menor percentual, 13,9%. Já para os casais com ou sem filhos chefiados por mulheres, a região Norte, com 10,4%, supera a média nacional, de 9,2%, e pode ser contraposta à região Centro-Oeste, com o menor percentual, 5,6%.

O aumento proporcional nos novos arranjos pode estar associado, portanto, ao potencial de autonomia que as mulheres têm assumido nas relações familiares e na esfera pública, mas não está necessariamente relacionado a condições femininas favoráveis, o que será examinado em seguida.

O exame das faixas de idade dos homens e mulheres responsáveis por famílias traz mais elementos para a caracterização. Se observadas as mulheres chefes de família em geral, tem-se que 27,2% delas tinham 60 anos de idade ou mais em 2009. Inicialmente, essa informação poderia conduzir à dedução de que as famílias unipessoais de mulheres mais idosas têm importância no total de famílias chefiadas por mulheres. Apesar de os dados confirmarem esse fato, tanto no caso das famílias formadas por casais com filhos quanto nas famílias de mulheres sem cônjuge com seus filhos, o percentual de chefes do sexo feminino na faixa dos 60 anos ou mais também é significativo: 27,5% no primeiro caso e 22,9% no segundo. Entre os homens, chama atenção que no arranjo do tipo “pai com filhos” (sem cônjuge), 37,4% dos chefes tenham 60 anos ou mais. Isso leva a crer que boa parte desses casos se relaciona à viuvez masculina, não se podendo descartar, ainda, a opção de filhos mais velhos de coabitar com o pai em caso de separação.

No caso das famílias formadas por casais com filhos, 28% das mulheres chefes encontravam-se na faixa de 40 a 49 anos – mesma proporção encontrada entre os homens chefes – , e significativos 31,3% delas possuíam entre 30 a 39 anos, faixa de idade na qual normalmente as mães ainda têm filhos pequenos e dependentes.

A idade média das mulheres na posição de chefes é ligeiramente superior à dos homens na mesma posição: 48,5 anos contra 46. Nas famílias monoparentais femininas, a média é de 47 anos, mostrando aumento de idade ao longo do período, já que em 2001

era de 44 anos. Pode-se deduzir que a mulher que assume os filhos sozinha também o faz, na maior parte dos casos, após uma separação ou viuvez.

Em relação ao nível de instrução, na média, as mulheres chefes têm mais anos de estudo que os homens chefes, confirmando a tendência que se observa na sociedade como um todo. A diferença, no entanto, é bastante reduzida: 7,1 anos de estudo entre as mulheres e 6,9, entre os homens. No caso da região Sudeste, a relação se inverte: as mulheres na posição de chefe apresentam 7,5 anos de estudo, comparados a 7,7 entre os homens nessa posição. Na região Sul, ambos apresentam 7,5 anos de estudo na média. As diferenças averiguadas de acordo com o tipo de família serão examinadas na próxima seção.

2. Empoderamento? Mulheres responsáveis por famílias com a presença de um cônjuge

Como visto anteriormente, as famílias que identificam como responsável uma pessoa do sexo feminino têm diferentes configurações e características. A chefia feminina vem crescendo em todas elas, mas num tipo em particular chama atenção: os casais – com ou sem filhos. O fato de uma mulher ser identificada como principal responsável num contexto em que é a única pessoa adulta da unidade familiar ou a única pessoa adulta não-idosa, por exemplo, dificilmente pode ser lido como sinal de transformação das convenções sociais ou de empoderamento feminino. Já o fato de uma mulher ser reconhecida como responsável pela família na presença de um cônjuge do sexo masculino pode ser considerado novo na sociedade brasileira. Nesse caso, o tradicional arranjo casal com filhos com um homem como “cabeça do casal” passa a ser substituído por situações em que a mulher é tida como a pessoa de referência na casa.

Em 2009, 14,2% dos casais com ou sem filhos eram chefiados por mulheres. Questiona-se a que se deve esta situação, isto é, a que fator – ou fatores – se deve a identificação da mulher como chefe, mesmo num casal. Algumas hipóteses correntemente levantadas são:

1) a mulher ganha mais que o cônjuge
2) a mulher possui mais escolaridade
3) a mulher tem uma situação de trabalho mais estável”

A seguir, procuraremos abordar cada uma dessas hipóteses a partir dos dados da PNAD/ IBGE.

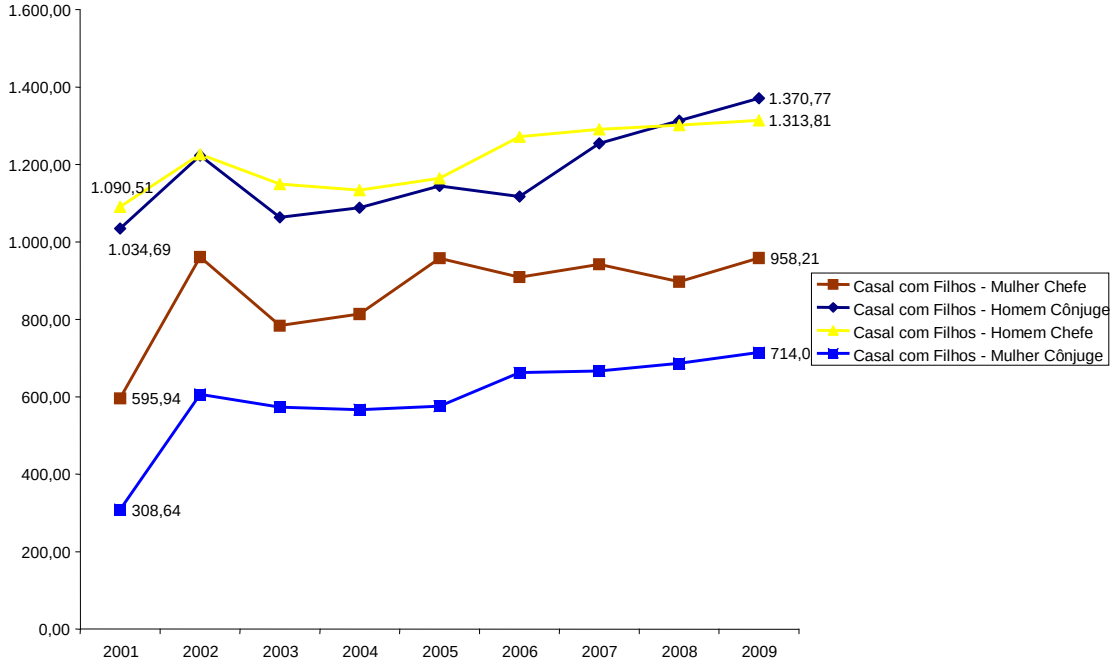
A primeira explicação que vem à mente quando se pensa em mulher com cônjuge sendo considerada chefe de família está ligada à renda, isto é, a mulher só poderia se sobrepor ao marido como responsável pela casa se ganhasse mais do que ele. Os dados descritivos da PNAD, no entanto, não confirmam essa hipótese. A renda média do trabalho principal das mulheres chefes em arranjos de casais sem filhos, apesar de ser a maior verificada entre as mulheres nos diferentes arranjos familiares, representa cerca de 80% da renda dos homens cônjuges nas mesmas famílias (R$ 1.039,93 contra R$ 1.303,03). No caso dos casais com filhos, a renda das mulheres chefes representava 73% da renda média de seus maridos.

Uma vez que a renda média das mulheres chefes sem cônjuge é bem menor (nas famílias monoparentais femininas, a média era de R$ 763,68), se comparamos a renda média no trabalho principal das mulheres chefes em geral com a dos homens cônjuges em geral, as diferenças serão ainda mais significativas: em 2009, o rendimento das primeiras era de R$ 882,09 enquanto o dos últimos era de R$1.384,11. Curiosamente, os homens identificados como cônjuges tinham renda média superior à dos homens chefes (estes, com R$ 1.307,90 em 2009).

No arranjo mais comum em nossa sociedade, o de casal com filhos, a renda média do trabalho principal dos dois integrantes do casal nas famílias chefiadas por mulheres chega a R$ 2.328,98 e nas famílias chefiadas por homens, R$ 2.027,88.

Na comparação temporal, temos que a renda de homens e mulheres chefes e cônjuges em arranjos de casais com filhos segue mais ou menos a mesma trajetória entre 2001 e 2009. As distâncias, portanto, também seguem semelhantes. A única exceção é que a renda dos homens cônjuges ultrapassa a dos homens chefes.

Gráfico – Renda média do trabalho principal de chefes e cônjuges, em famílias de casais com filhos, por sexo, Brasil, 2001 a 2009 (em R$)

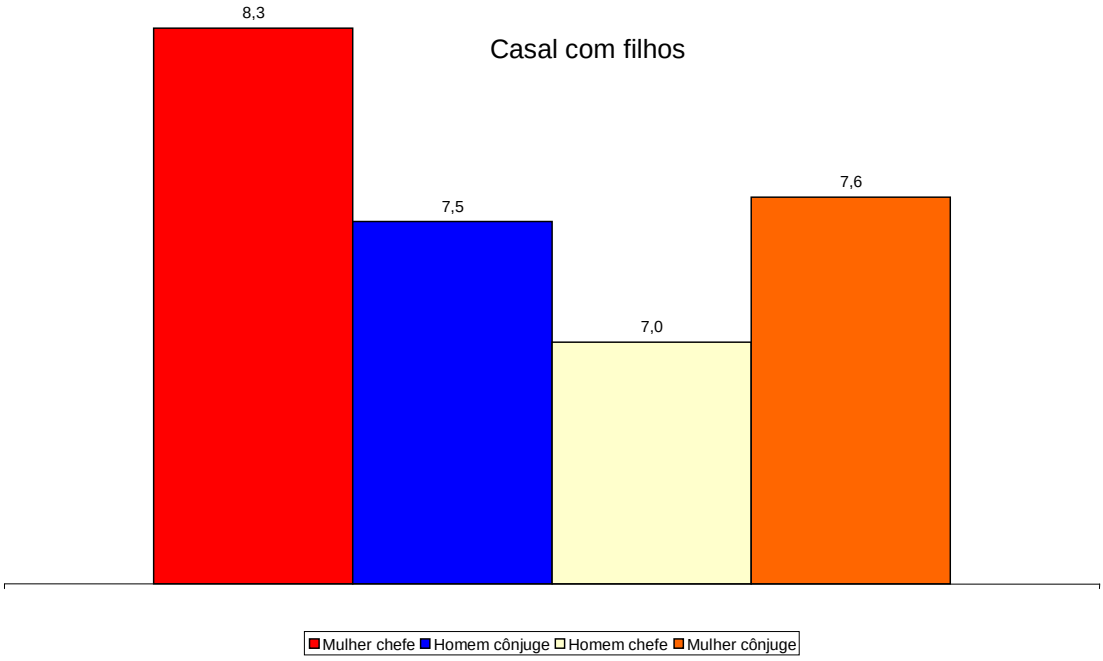


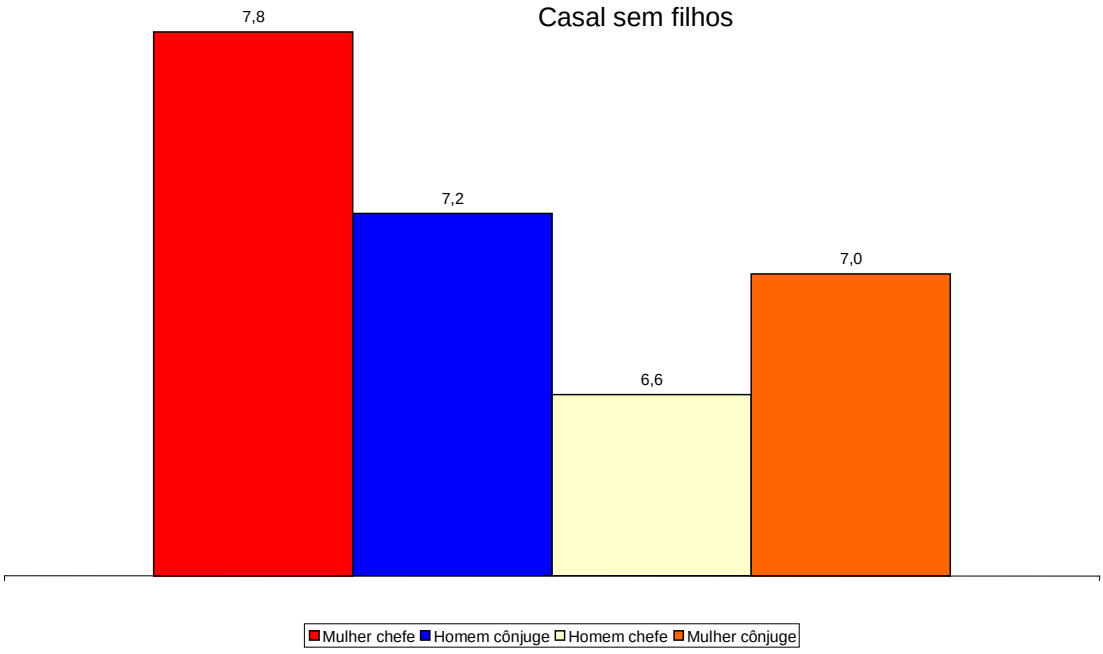
Fonte: PNAD/IBGE
Elaboração: Disoc/ Ipea
Obs.: Rendas deflacionadas

A segunda hipótese explicativa para o aumento na proporção de mulheres consideradas responsáveis por famílias de casais com ou sem filhos seria sua maior escolaridade, o que será analisado abaixo.

Nas famílias formadas por casais com seus filhos, a média de anos de estudo das mulheres chefes era de 8,3 anos, enquanto seus companheiros alcançaram 7,5 anos. Os homens chefes no mesmo tipo de família tinham 7,0 anos de escolaridade em 2009, ao passo que as mulheres cônjuges apresentavam a média de 7,6 anos. Isso significa que as mulheres, independentemente da posição na família, têm mais escolaridade, na média, que os homens, e que as mulheres responsáveis por famílias de casais com filhos apresentam a mais alta escolaridade. Curioso perceber que os homens declarados cônjuges são mais escolarizados que os homens chefes.

Gráfico – Média de anos de estudo por posição na família, sexo e tipo de família – Brasil, 2009





Fonte: PNAD/IBGE
Elaboração: Disoc/ Ipea

Essas informações levam a crer que a escolaridade maior não faz com que as mulheres se tornem chefes – se isto fosse verdade, haveria muito mais famílias chefiadas por mulheres. A média de anos de estudo, no entanto, parece ser uma variável importante para a posição da mulher e do homem na família.

A terceira e última hipótese considerada para explicar o crescimento da presença de mulheres chefes de famílias formadas por casais é a forma de inserção no mercado de trabalho. Supõe-se que as mulheres identificadas como responsáveis estejam ocupadas enquanto seus companheiros não estão; ou, no caso de ambos terem ocupação, que a posição da mulher seja de maior estabilidade ou qualidade que a de seu companheiro.

Observando os casais com filhos em 2009, tem-se que 33,9% das mulheres chefes eram inativas – aposentadas, donas de casa ou em outra situação sem procurar emprego –, contra somente 10,2% de homens chefes inativos. As mulheres chefes ocupadas chegavam a 59,1%, enquanto 84,7% dos companheiros estavam na mesma situação. Nos casais com filhos chefiados por homens, 87,2% dos responsáveis pela família estavam ocupados e 2,6%, desocupados, e suas mulheres apresentavam valores de 55,6% e 5,1%, respectivamente.

Os dados demonstram, portanto, que, independentemente da posição na família, os níveis de ocupação dos homens são bastante superiores aos das mulheres. As mulheres chefes em casais, no entanto, têm níveis de ocupação significativamente mais elevados que as mulheres em idade ativa, em geral (57,7% contra 51,5%). O mesmo não pode ser dito se compararmos todas as mulheres na posição de chefe, independentemente do arranjo familiar, com as mulheres em idade ativa: neste caso, a diferença é de somente de 1,9 ponto percentual.

A variável situação de ocupação, portanto, apesar de não explicar isoladamente o fato de mulheres se tornarem responsáveis pelos casais, guarda alguma relação com esse tipo de empoderamento.

Tabela – Distribuição percentual por situação de ocupação, segundo posição na família e sexo, em famílias formadas por casais com filhos – Brasil, 2009 (em %)

Posição na família	Situação de ocupação		
	Inativo(a)	Ocupado(a)	Desocupado(a)
Mulher chefe	33,9	59,1	7,0
Homem cônjuge	11,4	84,7	3,9
Homem chefe	10,2	87,2	2,6
Mulher cônjuge	39,3	55,6	5,1

Fonte: PNAD/IBGE
Elaboração: Disoc/ Ipea

A posição ocupada no mercado de trabalho também parece ter relação com a posição na família, ainda que esta não seja necessariamente determinada por aquela. Entre as mulheres chefes de casais com filhos, 50,4% ocupam posições consideradas de melhor qualidade – empregada com carteira de trabalho assinada, militar, funcionária pública, trabalhadora doméstica com carteira ou empregadora. Entre os homens chefes no mesmo tipo de arranjo, o índice é de 54,1%. Para as mulheres cônjuges no mesmo tipo de arranjo, o percentual é de 43,9% em posições de melhor qualidade, contra 58,5% dos homens cônjuges. Assim, os homens, independentemente de sua posição na família, em geral, ocupam melhores posições no mercado de trabalho do que as mulheres, mas estas, quando são responsáveis por famílias e têm cônjuge, apresentam uma situação comparativamente melhor.

Tabela – Distribuição percentual por posição na ocupação segundo posição na família e sexo em famílias formadas por casais com filhos, e de homens e mulheres com 16 anos ou mais de idade – Brasil, 2009 (em %)

Posição na família de casais com filhos	Posição na ocupação	
	Ocupações de melhor qualidade (1)	Ocupações mais precarizadas (2)
Mulher chefe	50,4	49,6
Homem cônjuge	58,5	41,5
Homem chefe	54,1	45,9
Mulher cônjuge	43,9	56,1
Mulheres ocupadas de 16 anos ou mais	47,3	52,7
Homens ocupados de 16 anos ou mais	51,3	48,7

Fonte: PNAD/IBGE e Síntese de indicadores sociais 2009
Elaboração: Disoc/ Ipea

Notas: (1) Empregado/a com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário/a público/a estatutário/a, trabalhador/a doméstico/a com carteira de trabalho assinada ou empregador/a.

(2) Empregado/a sem carteira de trabalho assinada, trabalhador/a doméstico/a sem carteira de trabalho assinada, conta-própria ou sem remuneração.

3. Ser "chefe de família" não muda as atribuições tradicionais de gênero

Para complementar a reflexão sobre em que medida o reconhecimento como principal responsável pela família pode ser interpretado como sinal de empoderamento das mulheres, especialmente no caso das famílias formadas por casais, cabe analisar os dados sobre o tempo dedicado por homens e mulheres ao trabalho no mercado (ou ao trabalho remunerado, chamado produtivo) e aos afazeres domésticos (trabalho não-remunerado, ou reprodutivo).

Em relação ao tempo médio no trabalho principal, tem-se que, enquanto as mulheres na posição de chefes despendiam 36,5 horas por semana, em média, os homens chefes dedicavam 43,7 horas semanais à jornada remunerada de trabalho. Curiosamente, os homens na posição de cônjuges despenderam 44,7 horas por semana

nas suas atividades produtivas em 2009, ao passo que as mulheres nessa posição apresentaram as menores médias, 34,1 horas.

Em relação a esse indicador, as mulheres que chefiam famílias constituídas por casais não apresentam superiores: no caso de casais sem filhos, as responsáveis gastaram 36,5 horas no trabalho, e nos casais sem filhos, 36,6 horas. Praticamente igualam-se, portanto, às mulheres sem cônjuge com filhos, com 36,8 horas.

O tempo dedicado ao mercado de trabalho parece não sofrer muita influência, portanto, da posição que a pessoa ocupa na família. Lido de outra forma, o fato de ser chefe não está fortemente relacionado ao tempo despendido em atividade produtiva.

Dado complementar é o do número médio de horas dedicadas aos afazeres domésticos. Assim como as configurações no mercado de trabalho parecem não sofrer muita influência das posições ocupadas no espaço familiar, o mesmo pode ser dito em relação à distribuição do tempo de homens e mulheres no próprio espaço doméstico.

A tradicional responsabilização das mulheres pelos afazeres domésticos não somente parece permanecer intocada ao longo dos anos, como também não sofre influência da posição ocupada pela mulher na família. Apesar de haver algumas diferenças, mulheres na posição de chefe e na posição de cônjuge respondem por grande parte do trabalho não-remunerado, essencial para a reprodução das famílias.

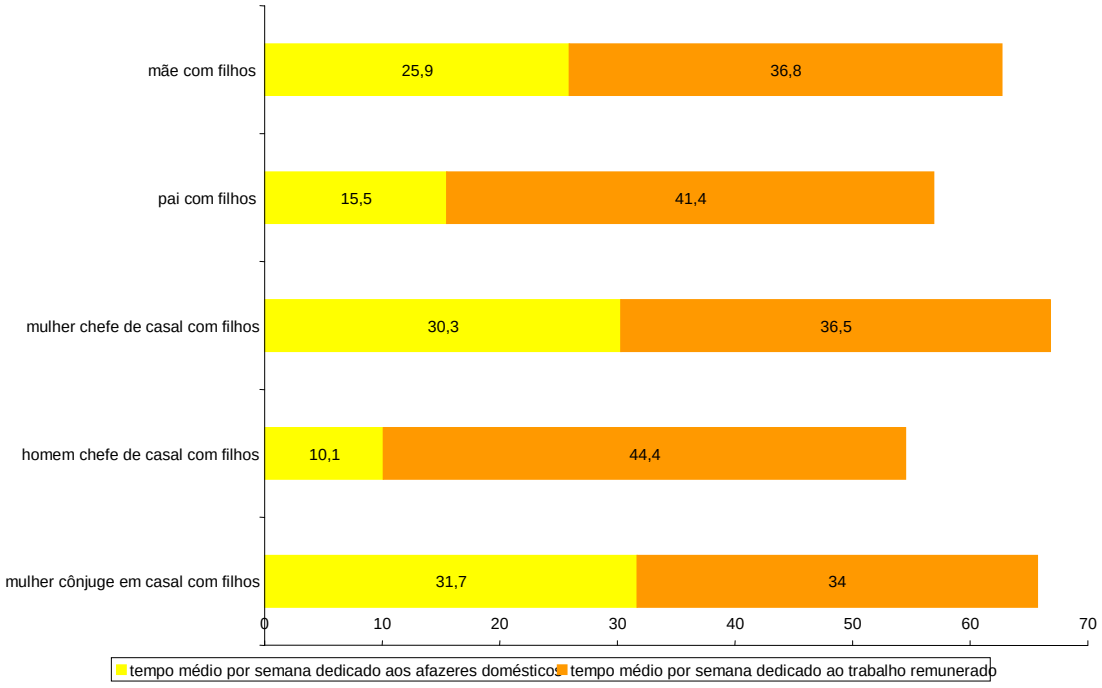
Em 2009, enquanto as mulheres responsáveis por famílias de casais com filhos dedicaram, em média, 30,3 horas por semana aos trabalhos domésticos, os homens na mesma posição gastaram 10,1 horas. Diferentemente do que se poderia imaginar, as mulheres na posição de cônjuge nessas famílias despenderam 31,7 horas, mais que o triplo que seus companheiros, mas não muito distantes daquelas mulheres na posição de chefia. No caso dos homens, aqueles na posição de cônjuge em casais com filhos dedicaram aos afazeres domésticos o mesmo tempo despendido pelos homens chefes.

Na análise mais agregada, mulheres chefes de família e mulheres na posição de cônjuge se distanciam mais: as primeiras gastam, na média, 26 horas por semana com afazeres domésticos e as últimas chegam a 30,6 horas, na média. Isso se explica pelo menor tempo gasto pelas mulheres chefes em outros tipos de arranjos familiares (sem

filhos, morando sozinhas ou somente com outros parentes, entre outros) e pelas mulheres com filhos sem cônjuge (ver parte 4).

As diferenças observadas entre homens e mulheres nos indicadores de mercado de trabalho – em menores proporções, mas ainda importantes – devem-se, em grande medida, às diferenças observadas no trabalho não-remunerado. O resultado é que a jornada total de trabalho[4] se mostra maior para as mulheres. Algumas diferenças são notadas de acordo com a posição na família e o tipo de família, mas a variável mais importante neste caso é simplesmente o sexo.

Gráfico – Jornada média total de trabalho por semana segundo sexo e posição na família – Brasil, 2009 (em horas)



Fonte: PNAD/IBGE
Elaboração: Disoc/ Ipea

Como ilustra o gráfico acima e diferentemente do que se poderia imaginar, a maior jornada é desempenhada pelas mulheres na posição de chefe em famílias

[4] A jornada total de trabalho é uma medida comumente usada internacionalmente – sobretudo entre pesquisadores/as nas áreas de igualdade de gênero e de uso do tempo – para ampliar o conceito usual de trabalho", que não leva em conta as atividades não-remuneradas, desempenhadas majoritariamente pelas mulheres, em especial no espaço doméstico.

formadas por casais. A título de primeira análise, se poderia supor que as mulheres identificadas como chefes quando têm cônjuge, acabam, de fato, assumindo de maneira mais aguda a jornada dupla. Elas trabalham no mercado e aportam renda para a casa, mas também dedicam muito tempo aos cuidados com a casa e com os filhos. O resultado são jornadas totais de trabalho de impressionantes 66,8 horas por semana, em média.

Apesar de os serviços gerados na execução dos afazeres domésticos não estarem associados à geração de renda, sua execução possibilita a própria reprodução social e a organização familiar dentro e fora do domicilio, determinando condições econômicas e melhoria da qualidade de vida de todos os membros.

A histórica determinação do lugar das mulheres na sociedade como assentado na reprodução biológica, com ênfase na maternidade e na realização de afazeres domésticos, definiu a esfera privada como o espaço feminino. Essas heranças parecem ainda estar vigentes nas configurações familiares, mesmo com a mudança social que tem reduzido tanto a exclusividade do papel masculino no exercício do poder econômico na esfera pública quanto a identificação do homem como principal responsável pela família.

Os dados da PNAD sugerem que a mudança na inserção social feminina, ao longo das últimas décadas, não transformou as convenções relacionadas aos atributos e, consequentemente, às responsabilidades masculinas. No Brasil, isso é agravado pelas enormes desigualdades existentes entre as classes sociais, já que nas famílias com rendas mais baixas e filhos mais jovens, há uma participação ainda mais intensa das mulheres nos afazeres domésticos. Essas diferenças se evidenciam, inclusive, se comparamos a região mais pobre com a região mais rica do País: no Nordeste, as mulheres chefes com cônjuge e filhos dedicavam, em média, 32,6 horas semanais aos afazeres domésticos, sendo que no Sul esse tempo foi de 27,9 horas.

A ausência ou disponibilidade restrita de equipamentos e serviços sociais públicos de atendimento à infância e de cuidados com idosos e pessoas com deficiência agrava a intensidade do tempo de trabalho das mulheres no âmbito da família.

Ainda em relação ao uso do tempo dedicado aos afazeres domésticos, a permanência dos estereótipos de gênero também está presente no novo arranjo que vem crescendo no Brasil, o de pais vivendo sozinhos com os filhos. Apesar do crescimento tímido (de 2,06% do total de famílias em 2001 para 2,17% em 2009), a quantidade de famílias nesse tipo de arranjo no último ano foi de 1.350.336, com porcentagem maior na região Norte, 2,9%. Nessas famílias, os homens utilizam em torno de 15 horas semanais para os afazeres domésticos, enquanto as mulheres gastam 25 horas. Isso pode significar que, apesar de estarem ocupando novos lugares na composição familiar, esses homens delegam as atividades a outras pessoas – os próprios filhos, se forem mais velhos, ou outras mulheres, empregadas domésticas ou mulheres da relação de parentesco, como mães e irmãs.

A participação dos homens nas atividades domésticas geralmente está mais concentrada em "atividades interativas", como a realização de compras de alimentos em supermercados, o transporte dos filhos para a escola e, ainda, atividades esporádicas de manutenção doméstica, como reparos e consertos na casa. Assim, é preciso estar atento à extensão e descrição dos afazeres domésticos nas relações familiares – dados que estarão disponíveis somente após a realização de uma pesquisa nacional sobre uso do tempo. A divisão de tarefas dentro do próprio ambiente doméstico pode reforçar e naturalizar ainda mais a atribuição das mulheres na preparação da alimentação, limpeza e cuidados com filhos, idosos e pessoas enfermas. A grande responsabilização feminina pelos afazeres domésticos e a existência dessa divisão de tarefas tende a trazer prejuízos para todos os membros da família, especialmente quando se pensa na sobrecarga de trabalho cotidiano das mulheres e na ausência ou menor presença da figura paterna na educação das crianças. Os valores culturais, nesse sentido, são tão arraigados que muitas vezes se colocam dificuldades aos homens para a vivência de uma paternidade ativa e responsável.

As mulheres identificadas como chefes e sem filhos são as que apresentam a menor jornada de afazeres domésticos, em torno de 22 horas semanais, o que pode significar o reflexo da autonomia de administrar o tempo de acordo com as necessidades e desejos pessoais.

O tempo que os homens sem filhos e sem cônjuges dedicam aos afazeres domésticos, em torno de 14 horas, chama atenção por ser superior ao dos homens na posição de chefe com filhos e com cônjuge, que dedicam quatro horas a menos por semana ao trabalho doméstico, apesar dos filhos. Isso pode significar que, quando não há outra pessoa para fazer tais atividades, os homens utilizam maior tempo para as tarefas domésticas, mas se há a presença da mulher, ocorre a transferência de obrigações e deveres com a casa.

A jornada total mais exaustiva foi desempenhada pelas mulheres consideradas responsáveis pelas famílias de casais com filhos. Isso confirma que o fato de serem consideradas chefes não está ligado a uma maior dedicação à jornada remunerada. A chefia pode estar ligada, contrariamente, a mais tempo dedicado aos cuidados com a família e com a casa. Assim, mais uma vez, pode ser relativizada a identificação de responsável pela família – ainda que na presença de um cônjuge do sexo masculino – como sinônimo exclusivo de empoderamento feminino.

A maior responsabilidade assumida pelas mulheres chefes, principalmente dentro do recorte racial e social, tem revelado as desigualdades ao compatibilizar a vida laboral com a vida doméstica, pois o lugar que a mulher ocupa na sociedade também está determinado por sua posição na família. O desempenho de atividades domésticas tem conseqüências diretas sobre a forma como as mulheres se inserem no mercado de trabalho e nos demais espaços públicos.

Na perspectiva de equidade de gênero, Fraser e Gordon (1994) discutem o modelo da participação de ambos, homens e mulheres, no emprego remunerado e no trabalho de cuidadores[5]. Essa configuração, no entanto, ainda parece bastante distante da nossa realidade.

Como já apontado em publicações anteriores[6], a responsabilidade feminina pelos afazeres domésticos apresenta-se como um elemento fortemente enraizado em nossa

---

[5] FRASER, Nancy; GORDON, Linda. "Civil citizenship against social citizenship? On the ideology of contract-versus-charity". In: STEENBERGEN, Bart Van. **The condition of citizenship**. London, Sage Publ., 1994.

[6] Ver Comunicado do Ipea n° 40, março de 2010 – "Mulher e trabalho: avanços e continuidades". Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100308_comunicadoipea40.pdf

cultura e de difícil transformação. Algumas pequenas mudanças, entretanto, vêm ocorrendo. Nos últimos anos, o tempo dedicado aos afazeres domésticos tem sido decrescente em todos os tipos de família, o que pode estar associado à ampliação do acesso aos bens de consumo que favorecem a organização doméstica.

4. Sobrecarga? Mulheres responsáveis por famílias com filhos e sem cônjuge

Outro grupo importante a ser examinado quando se analisa o fenômeno das famílias chefiadas por mulheres é o dos arranjos formados por mães com filhos, sem a presença de cônjuge. Nesse caso, a identificação da mulher como responsável é esperada, pois muitas vezes ela é a única adulta da família ou, ao menos, a principal responsável por seu sustento.

Esse tipo de família muitas vezes é examinado quando se quer compreender o fenômeno da precarização da vida das mulheres e, ainda, a feminização da pobreza. Isso porque, em muitos casos não se pode considerar como "vantagem" o fato de mais mulheres serem consideradas responsáveis por suas famílias e a ausência do cônjuge, especialmente no caso de haver crianças menores a serem sustentadas, o que faz com que a renda feminina seja, por vezes, insuficiente e coloca essas mulheres em situação de maior fragilidade. Entre 2001 e 2009, a proporção desse tipo de família não se alterou muito no Brasil, chegando, de acordo com a última PNAD, a 17,3% dos arranjos.

Mais uma vez, é possível encontrar diferentes situações de vida nesse tipo de família, mas os indicadores demonstram que, de fato, o arranjo parece estar mais relacionado a uma situação de maior dificuldade.

Não é demais lembrar que, na nossa cultura, ainda se coloca como maior responsabilidade das mulheres o cuidado com os filhos. Filhos sem registro do nome do pai e mães que sustentam seus filhos sozinhas não são situações incomuns em nosso País, onde homens podem até ser levados à prisão por não pagar pensão alimentícia.

A não-responsabilização de muitos pais por seus filhos leva a situações de grande precariedade para algumas mulheres, apesar de não ser possível afirmar que esse é o único cenário no caso dos arranjos familiares de chefes mulheres sem cônjuge e com filhos.

De acordo com dados da *Síntese de indicadores sociais*, do IBGE, entre as famílias formadas por mulheres sem cônjuge com todos os filhos menores de 16 anos, 46,6% tinham renda *per capita* de até ½ salário mínimo em 2009. Na região Nordeste, a proporção chega a 62,5%.

Retomando os indicadores anteriormente examinados, tem-se que, enquanto a renda média do trabalho principal das mulheres chefes de famílias com cônjuge e com filhos era de R$ 958,21 em 2009, a das mulheres sem cônjuge com filhos não passou de R$ 763,68. Comparando-a à de homens sem cônjuge com filhos, tem-se que as mulheres que viviam sozinhas com sua prole ganhavam somente 66% do que ganhavam os homens na mesma situação.

No caso da escolaridade, as mulheres em arranjo sem cônjuge e com filhos superam os homens em arranjos semelhantes (6,8 anos de estudo, contra 5,6), mas estão bastante abaixo das mulheres responsáveis por famílias de casais com filhos (8,3 anos) e um pouco atrás dos homens nessa mesma posição (7 anos).

Outra medida de precarização é a jornada total de trabalho, já tratada anteriormente. Diferentemente do que se poderia imaginar, as mães sozinhas com filhos não apresentam os maiores números. Como visto anteriormente, em 2009, elas gastavam, em média, 25,9 horas com afazeres domésticos e 36,8 horas no trabalho remunerado. No caso das mulheres responsáveis por casais com filhos, esses tempos eram de 30,3 e 36,5 horas, respectivamente e, no caso das mulheres na posição de cônjuge com filhos, eram de 31,7 e 34 horas. Os homens morando com seus filhos e sem cônjuge gastavam mais tempo por semana com afazeres domésticos que os homens com cônjuge, como esperado. Em qualquer das posições, no entanto, despendiam menos tempo que as mulheres.

5. Conclusão

O aumento do número de famílias que identificam uma mulher como chefe certamente reflete transformações que vêm ocorrendo na sociedade brasileira. Há algumas décadas, seria impensável que 35% das famílias considerassem uma mulher a principal responsável pela casa.

O fenômeno, no entanto, tem que ser lido e interpretado com cuidado, pois a chefia feminina de família é marcada pela heterogeneidade, sendo encontrada nos mais diferentes arranjos familiares. Certamente, seus significados também são múltiplos. Ser chefe de família na presença de um cônjuge tem significado bastante distinto de ser chefe de família somente na presença de filhos pequenos, por exemplo.

O objetivo do presente texto foi explorar alguns indicadores sociais levantados pela PNAD para buscar caracterizar os diferentes tipos de família chefiadas por mulheres, mas ainda faltam muitas respostas. Tanto o IBGE quanto a Secretaria de Políticas para as Mulheres já demonstraram interesse em investigar mais profundamente as razões pelas quais determinada pessoa é identificada como principal responsável pela família, ou ainda investigar o que os brasileiros entendem por responsável pela família. Trata-se de um estudo ainda a ser feito e que certamente lançará luzes importantes sobre o fenômeno.

Cabe lembrar, ainda, que o sexo e o lugar ocupado pela pessoa que responde à pesquisa nas relações familiares parecem influenciar a escolha do responsável pela família[7].

Os dados analisados previamente mostram que alguns fatores estão relacionados à posição ocupada pelas mulheres nas famílias, mas nenhum se mostra determinante. Se há diferenças na forma como mulheres na posição de chefe e mulheres na posição de cônjuge se posicionam no mercado de trabalho, por exemplo, as distâncias entre os homens e mulheres ainda aparecem como muito importantes.

---

[7] OLIVEIRA, S. ; SABÓIA, A.; SOARES, B. (2002) "Gênero e participação social: preliminares da responsabilidade feminina por domicílios". Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: http://200.130.7.5/spmu/estudos_pesquisas/estudos/estudos_GT_Gen_ST38_Oliveira_texto.pdf

Há que se reconhecer todos os avanços e as novas formas de inserção das mulheres na sociedade, mas as transformações no âmbito familiar parecem ocorrer de maneira mais lenta. Assim, contrapõe-se ao reconhecimento das mulheres como chefes de família o fato de que, independentemente da posição na família, as mulheres ainda ganham menos que os homens e respondem pela maior parte dos afazeres domésticos. Essa permanência, por sua vez, tem conseqüências sobre a forma como as mulheres se inserem nos diferentes espaços públicos e, portanto, pode ter influência na continuidade dos avanços observados nos últimos anos.

O desejável para todos os membros da sociedade é que o leque de opções de vida apresentado a cada pessoa se amplie; que cada um, independentemente de seu sexo, possa escolher as maneiras de se inserir na sociedade e no ambiente familiar. Dessa forma, com a ruptura das tradicionais convenções de gênero, homens e mulheres teriam, igualmente, liberdade de escolha e estariam em condições igualitárias tanto no mercado de trabalho quanto no ambiente doméstico, compartilhando os trabalhos remunerados e os não-remunerados. Somente assim, as transformações percebidas nos últimos anos no mercado de trabalho podem ser aprofundadas e alcançar o interior das famílias de forma que se possa construir uma sociedade com mais igualdade de oportunidades para todos e todas.

Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República